

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 5 | Maio 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Maio de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de Maio.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Relatório de Orientação da Política Orçamental

No dia 15 de Maio, o Governo entregou à Assembleia da República o Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO) de 2009, dando cumprimento ao definido no artigo 60.º da Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 48/2004 de 24 de Agosto).

No âmbito da elaboração do ROPO, o Governo procedeu a uma revisão do cenário macroeconómico para a para o ano de 2009, o qual revê em baixa as projecções apresentadas aquando da actualização de Janeiro de 2009 do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Esta revisão reflecte a evolução muito desfavorável do enquadramento económico mundial, muito em particular, dos nossos principais parceiros comerciais, a qual se traduz numa acentuada deterioração da procura externa das exportações portuguesas a qual, associada à forte diminuição da confiança dos agentes económicos, tem vindo a influenciar, de forma expressiva, as decisões de investimento dos empresários portugueses. As previsões agora apresentadas apontam para uma quebra real do PIB de 3,4% em 2009 (representando uma revisão em baixa de 2,6 p.p., face às anteriores previsões) (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores Macroeconómicos

	2008	ROPO	PEC	Diferenças face ao PEC (p.p.)
		Mai-09	Jan-09	
Taxas de variação real (em %)				
PIB	0,0	-3,4	-0,8	-2,6
Consumo Privado	1,6	-1,4	0,4	-1,9
Consumo Público	0,5	-0,6	0,2	-0,8
Investimento (FBCF)	-1,1	-14,1	-0,9	-13,2
Exportações	-0,4	-11,8	-4,4	-7,4
Importações	2,1	-11,1	-1,3	-9,8
Contributos para a taxa de crescimento do PIB (p.p.)				
Procura Interna	0,9	-4,1	0,2	-4,3
Procura Externa Líquida	-1,0	0,8	-0,9	1,7
Emprego total (taxa de variação, %)	0,4	-1,2	-0,7	-0,5
Taxa de desemprego (%)	7,6	8,8	8,5	0,2
Taxa de inflação (%) (a)	2,6	0,1	1,2	-1,1
Saldo Conjunto das Balanças Correntes e de Capital (% do PIB)	-10,2	-8,2	-9,2	1,0

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Nota: (a) Medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor.

Esta revisão teve em conta a informação mais recente, quer para a economia internacional - designadamente os dados relativos ao preço do petróleo nos mercados internacionais, à taxa de juro e à taxa de câmbio, quer para a economia nacional.

Na actual projecção, a quebra do PIB é essencialmente justificada pela forte contracção da procura interna uma vez que se espera que a procura externa dê um contributo positivo para o crescimento do PIB. Assim, apesar da forte deterioração esperada das exportações, prevê-se que, em linha com o comportamento da procura global, as importações registem uma quebra acentuada.

A deterioração da actividade económica terá reflexos no mercado de trabalho, resultando num aumento da taxa de desemprego para 8,8% (7,6% em 2008) e numa diminuição do emprego de 1,2%, em termos homólogos (+0,4% em 2008).

A taxa de inflação foi revista em forte baixa para 0,1%, em resultado da forte quebra da cotação do petróleo nos mercados internacionais e da deterioração da procura global. Esta previsão configura, ainda assim, que a taxa de inflação portuguesa fique 0,3 p.p. abaixo da média da área do euro, neste ano.

Neste contexto prevê-se que as necessidades de financiamento da economia portuguesa face ao exterior diminuam, em 2009, para 8,2% do PIB (10,2% em 2008), beneficiando da melhoria de todas as componentes que constituem as balanças corrente e de capital.

A crise económica e financeira tem vindo a repercutir-se, de forma significativa, na evolução das finanças públicas. Em 2008, já se fizeram sentir esses efeitos, com a situação orçamental da generalidade dos países da União Europeia (UE) a deteriorar-se, interrompendo o processo de consolidação que vinha a ser seguido na maioria dos Estados-membros (Quadro 2). Com efeito, o défice orçamental para o conjunto dos países da UE atingiu de 2,3% do PIB, mais 1,5 p.p. do que em 2007 e o rácio da dívida pública situou-se nos 61,5% do PIB, 4,8 p.p. acima do registado no ano anterior. Esta deterioração reflecte o impacto da actual conjuntura sobre o saldo orçamental e, em particular, das medidas discricionárias de estabilização aplicadas pela maioria dos países da UE que, no caso de se tratarem de operações financeiras, apesar de não afectarem o saldo orçamental têm efeito directo sobre a dívida pública.

Quadro 2. Finanças Públicas na União Europeia

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
União Europeia	-2,4	-1,4	-0,8	-2,3	62,7	61,3	58,7	61,5
Área do euro	-2,5	-1,3	-0,6	-1,9	70	68,3	66	69,3

Fonte: Eurostat, Euroindicators, 22 Abril 2009.

Em Portugal, o défice global das Administrações Públicas, em 2008, situou-se nos 2,6% do PIB, mantendo o rácio face ao ano anterior e 0.4 p.p. acima do previsto na actualização de Janeiro do Programa de Estabilidade e Crescimento (Quadro 3). Por seu turno, ao défice estrutural atingiu os 2,9% do PIB, representando uma melhoria de 0,2 p.p. face a 2007, enquanto o saldo primário estrutural se apresentou equilibrado, registando uma melhoria de 0.3 p.p. do PIB face ao verificado no ano anterior. A dívida pública situou-se nos 66,4% do PIB, no final de 2008, 2.9 p.p. acima do valor do ano anterior, traduzindo essencialmente o efeito do diferencial da taxa de juro implícita na dívida face ao reduzido crescimento nominal do PIB. Outros factores contribuíram ainda para a variação positiva da dívida, como sejam as operações de regularização de dívidas comerciais, os aumentos de capital em empresas públicas e empréstimos concedidos pelas Administrações Públicas.

Quadro 3. Perspectivas Orçamentais para Portugal (em % do PIB)

	2005	2006	2007	2008	2009
Saldos Efectivos					
Saldo Global	-6,1	-3,9	-2,6	-2,6	-5,9
Saldo Primário	-3,5	-1,2	0,2	0,3	-2,8
Saldos Estruturais *					
Saldo Global	-5,7	-3,8	-3,1	-2,9	-4,8
Saldo Primário	-3,1	-1,1	-0,3	0,0	-1,7
Dívida Pública Consolidada	63,6	64,7	63,5	66,4	74,6

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.
Nota: * Saldos ajustados do ciclo e excluindo medidas extraordinárias.

Para 2009, a previsão do défice orçamental das Administrações Públicas foi revista para 5,9% do PIB, 2 p.p. acima da previsão anteriormente apresentada. Este aumento é justificado pela deterioração da situação orçamental de partida e pelo agravamento das condições macroeconómicas face ao cenário então considerado. A actual conjuntura tem vindo a exercer um efeito considerável no saldo orçamental

pela via da actuação dos estabilizadores automáticos quer através da contracção da receita fiscal e contributiva quer pelo aumento das despesas públicas. De acordo com as previsões mais recentes, em 2009, a dívida pública deverá registar um aumento de 8,2 p.p. face ao ano anterior, situando-se nos 74,6% do PIB.

O contexto actual de crise económica e financeira coloca assim novos desafios para as finanças públicas, sendo necessário conciliar a maximização do impacto estabilizador dos recursos disponíveis com os objectivos de qualidade e sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas.